CONCLUSÃO

Localizado na Região Nordeste, Sergipe é o menor estado do país, com uma área de 22.050km², 0,26% do território nacional. Em 1996, Sergipe possuía 1.624.020 habitantes, que correspondiam a 1,03% da população brasileira, distribuídos em 75 municípios.

Apenas dois municípios do Estado encontravam-se na faixa entre 100 mil e 500 mil habitantes: Aracaju, a capital, com 428.194 habitantes; e Nossa Senhora do Socorro, vizinho à capital, com 105.724 habitantes, que, somados, respondiam por cerca de 32,88% da população estadual. A mesorregião do leste sergipano, onde se localiza Aracaju, era a mais populosa, com um total de 1.076.098 habitantes – 66,26% do total do Estado.

Na faixa entre 50 mil e 100 mil habitantes, estavam quatro municípios: Lagarto e Itabaiana, localizados no agreste sergipano, e Estância e São Cristóvão, situados no leste sergipano. Esse último é também vizinho à capital. Dos demais 69 municípios, onze possuíam entre 20 mil e 50 mil habitantes, 28 estavam na faixa entre 10 mil e 20 mil e 30 possuíam menos de 10 mil habitantes.

Nos períodos 1980-91 e 1991-96, Sergipe obteve taxas de crescimento populacional (2,47% a.a. e 1,74% a.a., respectivamente) superiores às do país (1,93% a.a. e 1,36% a.a.). As taxas estaduais de crescimento da população urbana, para os mesmos períodos, foram de 4,50% a.a. e 2,65% a.a. e, para a população rural, de -0,60% a.a. e -0,23% a.a..

A mesorregião leste sergipano foi a que obteve as maiores taxas de crescimento da população total, com 3,15% a.a. no período 1980-91 e 2,03% a.a. em 1991-96, valores bem acima das médias estaduais. Já a mesorregião sertão sergipano apresentou taxas muito inferiores às médias nacionais e estaduais: 0,90% a.a. e 0,65% a.a., nos dois períodos, respectivamente.

O grau de urbanização do Estado passou de 67,22%, em 1991, para 70,22%, em 1996. No sertão sergipano o grau de urbanização era inferior a 50% e, no agreste, correspondia a 51%. Nessas regiões, poucos municípios possuíam mais da metade de seus habitantes vivendo em área urbana,

enquanto na mesorregião leste, cerca de 80% da população habitava áreas urbanas.

A economia de Sergipe, historicamente, baseia-se na agricultura, com destaque para o cultivo de cana-de-açúcar e sua industrialização. A descoberta de petróleo e gás natural em solo sergipano trouxe novas perspectivas de desenvolvimento. Em 1964, a Petrobras iniciou sua atuação no Estado, no município de Carmópolis, começando ali um novo ciclo no qual adquiriu destaque a indústria extrativa mineral. O petróleo passou a ser o principal produto na economia estadual. O solo sergipano também apresenta potencial de extração de argila, mármore, calcário, magnésio, sal-gema, enxofre e gás natural. Dentre os principais gêneros industriais, destacam-se, além da indústria extrativa mineral, a indústria de minerais não-metálicos, produtos alimentícios, têxteis e de confecções. A concentração das atividades econômicas ocorre em Aracaju, onde se encontram as principais indústrias. No setor terciário do Estado têm adquirido destaque as atividades voltadas ao turismo.

No que diz respeito à participação dos diversos setores na composição do PIB estadual, em de 1998, o setor de serviços representava mais de dois terços da produção estadual (67,8% do PIB do Estado). É importante destacar a elevada participação da administração pública, que sozinha perfaz 29,3% do PIB estadual.

A produção industrial, que em 1989 chegou a responder por 60% do PIB de Sergipe, era responsável, em 1998, por 23,9%. A produção agropecuária – apesar de sua participação para a composição do PIB estadual ter oscilado entre 8% e 15% – iniciou e terminou o período estudado respondendo por cerca de 11% do PIB estadual.

Analisando a evolução da população ocupada (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE), no período de 1992 a 1999, observa-se que grande parte reside em áreas urbanas – 464 mil pessoas, representando 67,6% do total do Estado. A população ocupada urbana foi, também, a que teve maior taxa de crescimento no período (2,5% ao ano). A população ocupada rural cresceu a uma taxa média de 0,3% entre 1992 e 1999 e tinha, no final do período, 222 mil pessoas. Se observado o tipo de atividade

desenvolvida – agrícola ou não-agrícola – o crescimento da população ocupada agrícola, tanto urbana quanto rural, foi negativo, no período considerado. Por outro lado, a população ocupada não-agrícola tem apresentado crescimento tanto na área rural (2,1% a.a.) quanto na área urbana (2,9% a.a.).

Quando analisada em separado, a população ocupada urbana não-agrícola, segundo ramos de atividade, indica que o maior contingente está ocupado na prestação de serviços (116 mil pessoas em 1999). Entretanto, o maior crescimento no número de ocupados, no período 1992-1999, ocorreu na atividade denominada serviços sociais, cuja taxa média de crescimento foi de 6,9% a.a., ocupando 70 mil pessoas em 1999.

No que se refere às ocupações mais significativas, destacam-se os serviços domésticos (28 mil pessoas), seguidos de balconistas atendentes (26 mil), serviços por conta própria (22 mil), pedreiro (16 mil) e servente faxineiro (15 mil). As maiores taxas de crescimento no número de ocupados está, como nos setores de atividades, em funções próprias do setor de serviços, notadamente a de professor de primeiro grau (15,9% a.a.), auxiliar de serviços médicos (10,5% a.a.) e ambulante (9,4% a.a.), além de pedreiro (8,9% a.a.) e ajudante – diversos (8,4% a.a.). Chama atenção o fato de existirem 4 mil lixeiros em Sergipe, pois em outros Estados nordestinos analisados, essa ocupação não era significativa.

A indústria de Sergipe tem mantido, ao longo dos últimos anos, uma participação pequena no total da indústria nacional, embora a indústria extrativa, isoladamente, tenha participação mais expressiva, graças à atuação das unidades de exploração da Petrobras. Ainda assim, é uma indústria relativamente diversificada e que participa com cerca de um quarto do PIB estadual.

As informações levantadas pela Pesquisa da Atividade Econômica Regional (Paer), em 127 unidades locais com mais de 20 funcionários (que empregam 17.474 trabalhadores), mostram que a atividade industrial concentra-se nas categorias de bens de consumo não-duráveis (48% das unidades e 56% do pessoal ocupado) e de bens intermediários (45% e 39%, respectivamente). As

unidades de bens de capital e de consumo duráveis estão modestamente representadas, com 7% das unidades industriais e 5% do pessoal ocupado.

As principais divisões da indústria do Estado são as de minerais não-metálicos e de alimentação e bebidas, cujas participações em número de unidades, somadas, chegam a 61% do total. No entanto, quando se analisam as participações de pessoal ocupado, essas duas divisões representam apenas 31% do total - nesse caso, mostram-se igualmente importantes as divisões de vestuário, têxtil e a indústria extrativa.

Regionalmente, nota-se que há equilíbrio do número de unidades na microrregião de Aracaju e nas demais regiões do Estado. Na primeira, há predomínio daquelas produtoras de bens de consumo não-duráveis, enquanto a de bens intermediários prepondera no interior. Na categoria de bens de consumo não-duráveis, os setores com maior representatividade na microrregião de Aracaju são os de alimentos e bebidas e de móveis. Na divisão de vestuário, apesar de haver maior número de unidades em Aracaju, a maioria do pessoal ocupado (62%) encontra-se nas demais regiões do Estado, que constitui, também, a área preferencial da indústria têxtil (70% das unidades e 53% do emprego).

Na categoria de bens intermediários, a primazia, em número de unidades e de pessoal ocupado, pertence às demais regiões do Estado, sobretudo para as divisões de minerais não-metálicos (com implantações em Itabaiana, Itabaianinha, Estância e Laranjeiras, entre outros) e de química e combustíveis (com 94% do pessoal ocupado nessa área), graças aos poços da Petrobras.

Há predomínio das unidades de pequeno porte (com menos de 100 funcionários), na proporção de 71% do total. No entanto, nas divisões de vestuário (com 9% das unidades) e, sobretudo, de química e combustíveis (com 14%), são importantes as unidades com mais de 1.000 pessoas ocupadas. A participação das unidades de médio porte no total do emprego industrial mostra-se significativa (49% dos trabalhadores pertencem a empresas com 100 a 499 ocupados), em particular nas indústrias de bens não-duráveis (sobretudo nas de vestuário).

As informações referentes ao período de início de operação das unidades revelam o desenvolvimento recente da indústria de Sergipe, concentrado nas décadas de 80 e 90. Quanto ao pessoal ocupado, entretanto, as maiores participações são das indústrias com período de implantação mais recente (após 1990) e mais antiga (antes de 1969), com, respectivamente, 29% e 32% do pessoal ocupado. A participação do capital estrangeiro na indústria sergipana é pouco expressiva, tanto em número de unidades quanto em pessoal ocupado. O controle de empresas pelo capital nacional privado é predominante, mas a participação do capital público não é desprezível, provavelmente pela importância conferida à Petrobras na estrutura industrial.

Quando se consideram os locais das sedes das empresas, embora a maioria delas seja do próprio Estado de Sergipe, algumas divisões industriais mostram a presença de empresas importantes de outros Estados da Federação, principalmente do Rio de Janeiro. Esses dados mostram que a indústria sergipana, pelo menos em seus segmentos mais dinâmicos, está ligada a grupos empresariais de outros Estados, fazendo parte de um mercado que transcende seus limites, ainda que como fornecedor de bens primários.

A produção industrial sergipana comprova a integração com o mercado nacional, visto que a maior parte de sua receita bruta provém de vendas realizadas a outros Estados da federação (41%), destacando-se aí os ramos têxtil (61% das receitas) e de minerais não-metálicos (47%). Dentre as divisões industriais que possuem maior participação de mercados locais, encontra-se a de móveis, que obtém 60% de sua receita de vendas para a própria região. Se, por um lado, há grande integração com o mercado nacional, por outro, o mercado externo é irrisório: apenas 1,3% do total de receita bruta industrial do Estado provém de vendas a outros países.

Nos próximos anos, a indústria de Sergipe deverá passar por razoável expansão de sua atividade, conforme revelam os dados relativos aos investimentos, já que 68% das unidades atualmente estabelecidas (que empregam 80% do pessoal ocupado na indústria sergipana) pertencem a empresas que manifestaram interesse em realizar, entre 2000 e 2002, investimentos na mesma atividade que desempenham com números ainda

mais expressivos para os segmentos têxtil, vestuário, borracha e plástico e demais bens intermediários.

Na maior parte das unidades que farão investimentos, haverá impacto positivo sobre o pessoal ocupado, com aumento da demanda de determinadas ocupações (78% das unidades e 64% do pessoal ocupado). Em alguns segmentos, porém, também ocorrerão efeitos negativos, como nos casos das indústrias têxteis, demais indústrias de bens de consumo não-duráveis e na categoria de bens de capital e de consumo duráveis. A diminuição de pessoal ocupado em virtude da realização de novos investimentos tem maior relevância para as unidades localizadas na microrregião de Aracaju do que para as demais regiões do Estado.

Como decorrência dos novos investimentos, foram citadas principalmente demandas por pessoal de ocupações técnicas ligadas ao processo produtivo, além da necessidade de operadores em geral: operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares não-classificados sob outras epígrafes, alfaiates, costureiros e modistas, trabalhadores de acabamento, tingimento e estamparia de produtos têxteis, técnicos de mecânica e mecânicos de manutenção de máquinas. As funções ligadas ao setor administrativo tiveram menor número de menções.

A indústria de Sergipe ocupa posição de destaque entre os Estados da Região Nordeste no que diz respeito à difusão de Tecnologias de Informação (TI). Os resultados para o total do Estado mostram não apenas uma proporção expressiva de unidades usuárias de computadores (87%), mas também que a maior parte desses equipamentos (mais de 90%) pertence à família de processadores Pentium (I e II), mais modernos e velozes que aqueles do tipo 486 e inferiores.

Entre as unidades usuárias de computadores, cerca de 42% estão integradas em rede e 55% possuem acesso à Internet. O mesmo desempenho não se confirma, contudo, para a difusão de redes de longa distância: somente 21% dessas unidades estabelecem troca e consulta eletrônica de dados externa.

Entre as estratégias de gestão citadas na pesquisa, a mais difundida é a adoção de novos métodos de organização do trabalho e da produção: cerca de 66% das unidades industriais (responsáveis por 83% do pessoal ocupado) implementaram, no quadriênio 1996-99, esse tipo de estratégia. Outras técnicas de gestão também empregadas em larga escala pela indústria de Sergipe são, em ordem decrescente de importância, a ampliação do número de produtos, o aumento da escala de produção e o crescimento da automação industrial.

O percentual pouco expressivo de unidades que substituíram parte de sua produção local por produtos importados (8%), em contraste com aquelas que ampliaram o grau de nacionalização dos seus produtos e componentes (46%), sugere que o processo de reestruturação da indústria da região vem se desenvolvendo mais a partir do aproveitamento e da otimização dos recursos locais do que de produtos, matérias-primas ou componentes importados. Além disso, a pequena parcela de unidades que reduziram o número de produtos e/ou desativaram linhas de produção (8%) indica que estratégias de racionalização permanecem sendo uma prática pouco difundida no setor.

A indústria de Sergipe ocupa posição intermediária no *ranking* de plantas automatizadas entre os Estados da Federação já investigados pela Paer. Ao todo, 39% das suas unidades produtivas afirmaram ter utilizado, no ano de 1999, algum equipamento de automação industrial.

Além disso, acompanhando a tendência observada nos outros Estados, os equipamentos automatizados com maior nível de difusão são as máquinas-ferramenta com controle numérico (MFCN), computadorizado ou convencional, que são utilizadas em cerca de 1/4 das fábricas da região. Vale ressaltar ainda o tamanho relativamente elevado das plantas usuárias de equipamentos automatizados (39%), responsáveis por agregar cerca de 3/4 do pessoal ocupado da indústria da região.

No que concerne aos recursos humanos, verifica-se que a maioria dos trabalhadores da indústria sergipana ligados à produção pertence à categoria de semiquilificados (49%), a mais numerosa em quase todas as regiões do país. Os trabalhadores qualificados também apresentam expressiva participação (32%), seguidos pelos técnicos de nível médio (8,2%), pelos

braçais e de menor qualificação (6,8%) e pelos de nível superior (4,1%). Esta última categoria, embora seja a menos numerosa, apresenta percentual superior ao verificado em outras regiões do país, principalmente os do Nordeste.

A categoria administrativo básico e as ocupações relativas à manutenção, limpeza, segurança, entre outras são as mais numerosas, com aproximadamente 31% do total, em ambos os casos, para o pessoal não-ligado à produção. Em seguida vêm os técnicos de nível médio, com 23% dos postos de trabalho e os profissionais de nível superior, com 14%. Uma característica comum a todos os Estados investigados diz respeito ao fato de o pessoal não-ligado à produção apresentar grau de qualificação superior ao encontrado para o pessoal ligado à produção, com participação expressiva de técnicos de nível médio e superior.

Para o pessoal semiqualficado ligado à produção, os requisitos de escolaridade variam de nenhuma (30% das unidades) ao ensino médio completo (8%). Entretanto, a maior parte das unidades (35%, que empregam 47% do pessoal ocupado nessa categoria) exige a quarta série do ensino fundamental. Para o pessoal qualificado ligado à produção, o ensino fundamental completo é o mais exigido (42% das unidades, que empregam 42% dos ocupados nessa categoria).

Para o pessoal administrativo básico, os requisitos de escolaridade são superiores aos do pessoal ligado à produção. O principal nível de escolaridade exigido para contratação é o ensino médio completo, requerido por 75% das unidades industriais, que empregam 89% desses profissionais, seguido pelo ensino fundamental completo (17% das unidades), com pequena participação de unidades que exigem a quarta série do ensino fundamental ou menos.

O curso de habilitação técnica de nível médio é requerido por 65% das unidades, que empregam 88% desses trabalhadores. Os cursos livres (de curta duração) são exigidos por 30% das unidades e os cursos técnicos de nível básico, por 18% das unidades. Para os profissionais semiqualficados, a exigência de cursos é uma prática pouco difundida, sendo os de curta duração e os de nível básico os mais requeridos (9% das unidades). Para a categoria de qualificados, a exigência de cursos é um pouco maior, permanecendo os de

curta duração e os de nível básico como os mais importantes (18%). Para os profissionais de nível superior, o curso de nível básico deixa de ser relevante, sendo mais exigidos os cursos de curta duração (48% das unidades). As exigências de cursos profissionalizantes para a contratação do pessoal administrativo básico é superior à encontrada para o pessoal semiqualeficado e o qualificado ligados à produção.

As carências que mais prejudicam profissionais semiqualeficados e qualificados, bem como técnicos de nível médio ligados à produção, são a falta de conhecimentos específicos da ocupação, a dificuldade de trabalhar em equipe e a falta de capacidade de aprender novas habilidades e funções. São carências relacionadas tanto à falha na formação básica quanto à formação específica. Para os técnicos de nível médio, a falta de conhecimento de informática e de capacidade de comunicação por escrito prejudicam o desempenho dos empregados principalmente nas grandes unidades

Para os profissionais de nível superior, a carência de conhecimentos específicos da ocupação e de conhecimento de informática, a dificuldade de comunicação e expressão verbais e a falta de capacidade de comunicação por escrito são os fatores mais importantes, pois prejudicarem mais os ocupados em unidades de grande porte.

Investigaram-se, nas unidades do Estado de Sergipe as ocupações com dificuldade de contratação no mercado de trabalho. As mais citadas pelas unidades foram as de mecânicos de manutenção de máquinas, eletricitas de instalações, técnicos e trabalhadores assemelhados não-classificados sob outras epígrafes, alfaiates, costureiros e modistas, cortadores e modelistas de roupas.

A oferta de treinamento mostra-se disseminada, principalmente concentrada em atividades ligadas diretamente à rotina de trabalho, com menor incidência de treinamentos voltados para a formação geral do trabalhador. Verifica-se, para os treinamentos tanto no posto de trabalho quanto fora deste, que as grandes unidades são mais ativas do que as pequenas.

O curso mais ofertado para o pessoal ligado à produção é o de segurança e higiene no trabalho. Os cursos de controle de qualidade, específicos de curta

duração e de operação de máquinas e equipamentos também são oferecidos por grande número de unidades. Já os cursos de métodos e técnicas gerenciais, de língua estrangeira, relações humanas e de informática são pouco proporcionados para os trabalhadores semiqualeificados, mas sua oferta cresce nas categorias com maior grau de qualificação.

Para o pessoal administrativo, os tipos de treinamentos mais oferecidos são os cursos de relações humanas, de informática, específicos de curta duração e de segurança e higiene no trabalho. Já os de métodos e técnicas gerenciais e coordenação, de controle de qualidade e de línguas estrangeiras são menos oferecidos ao administrativo básico, mas sua oferta aumenta conforme a hierarquia do posto de trabalho.

Reproduzindo um comportamento observado em outros Estados pesquisados, quando se compara a oferta de cursos para o pessoal administrativo e para o pessoal ligado à produção, verifica-se que os cursos de métodos e técnicas gerenciais, de relações humanas e de informática são mais oferecidos para o primeiro grupo, enquanto os de operação e manuseio de máquinas e equipamentos e de operação de processos são mais oferecidos para o segundo.

A parcela de unidades que patrocinam programas de educação para os seus funcionários é pequena (12% das unidades), quando comparada às práticas de treinamento, pois estas últimas produzem aumento imediato da produtividade do trabalhador, enquanto o primeiro é um processo bem mais demorado, caracterizando-se mais como um benefício.

A oferta de programas de educação formal está bem distribuída entre os diferentes tipos, passando pelo ensino fundamental, ensino médio e ensino superior, bem como os cursos profissionalizantes de nível técnico e os de nível básico, sendo estes os mais ofertados (7,9% das unidades). O programa menos oferecido é o de alfabetização (2,4% das unidades).

A Paer pesquisou os tipos de relacionamento que as unidades industriais do Estado de Sergipe mantém com as escolas técnicas e com quais escolas isto ocorre. Os tipos mais comuns são os tradicionais, como os estágios de alunos nas unidades industriais, o recrutamento de profissionais nas escolas técnicas

e o treinamento de funcionários nas escolas. O padrão das respostas encontrado no Estado de Sergipe é semelhante ao de outras regiões do país.

Chama a atenção a elevada proporção de unidades que não mantêm relacionamento com as escolas técnicas, indicando o potencial de expansão que existe para redirecionar os cursos e atender aos interesses e às demandas das unidades. Nestas unidades presencia-se um relacionamento mais comum com as escolas do “Sistema S” e do Sebrae. Em seguida, com menor proporção de unidades que se relacionam, vêm as escolas técnicas federais, estaduais e municipais, bem como outras escolas.

No processo de seleção de funcionários, os alunos provenientes de escolas técnicas do Sistema S e das federais costumam ser privilegiados na contratação.. Constata-se que os alunos do Senai são preferidos por 25% das unidades, que empregam 30% do pessoal ocupado, seguidos por aqueles provenientes das escolas técnicas federais. Seguem-se os alunos do Senac, Sesi, de escolas estaduais e outras escolas, e as escolas técnicas estaduais.

Os critérios estabelecidos para responder ao suplemento de inovação tecnológica – empresas com sede no Estado, com 100 ou mais pessoas ocupadas – abrangeram 25 empresas (18% das empresas sergipanas), sendo que seis delas (4%) afirmaram ter introduzido, no período 1995-1999, alguma inovação de produto ou processo. Do total de empresas investigadas, 33% realizaram algum tipo de inovação (em produto e/ou processo) entre 1995 e 1999.

Na indústria do Estado do Sergipe, o agente mais acionado para o desenvolvimento de inovações, tanto de produtos como de processo, foi basicamente a própria empresa (71% para inovações de produto e 62% para inovações de processo). A importância dos produtos que tiveram inovação tecnológica é limitada: somente 22% da receita de vendas advém de produtos tecnologicamente novos introduzidos no mercado entre 1995 e 1999. Desta distribuição percentual das receitas obtidas com as vendas, somente 25% foram conquistados com produtos tecnologicamente aperfeiçoados, sendo que a principal fonte de receita foi gerada com produtos que não foram alterados ou marginalmente modificados (52%).

Entre as empresas inovadoras do Estado de Sergipe, apenas quatro realizam atividades internas de P&D, sendo que esta atividade possui uma natureza sistemática. Dessas, somente três possuem laboratório para o desenvolvimento destas rotinas.

Para o setor de serviços, a Paer levantou informações sobre as unidades locais com mais de 20 empregados no Estado de Sergipe, resultando na obtenção de dados de 142 unidades, que empregavam 18.808 pessoas em 1999, alocadas nos segmentos comunicação, alojamento e alimentação, transporte, energia elétrica, gás e água e telecomunicações, demais segmentos (que incluem as atividades de informática, serviços técnicos etc.) e saúde – que detém quase a metade dos trabalhadores das unidades pesquisadas (45%).

Analisando a disposição e o tempo de funcionamento das unidades pesquisadas no Estado, verifica-se que 82% delas estão situadas na microrregião de Aracaju e entraram em operação após 1990. Entretanto, nos demais municípios, estão localizadas as unidades mais antigas e de maior porte, sobretudo dos segmentos mais tradicionais, como transporte, saúde e energia elétrica, gás e água e telecomunicações.

A despeito da disseminação de recursos de informática, foi constatado o uso de microcomputador em 95% das unidades. Já o acesso à Internet mostrou-se mais difundido do que a rede interna, provavelmente pela grande influência do contato remoto proporcionado por essa tecnologia, que se constitui em um forte aliado ao setor serviços.

Esse passo rumo à modernização pode ser visto, também, observando-se os dados de intenção de investimentos: 61% das unidades pretendem realizar investimentos nos próximos três anos, sendo que 92% intenciona fazê-lo adquirindo máquinas e equipamentos de informática e proporcionando programas de treinamento da mão-de-obra.

No que diz respeito ao nível de escolaridade exigido pelas empresas para a contratação de seus funcionários, nota-se que, para o pessoal semiqualficado, a quarta-série do ensino fundamental e o ensino fundamental completo são os requisitos mais exigidos pelas unidades do setor serviços. Já para o pessoal

qualificado, o ensino fundamental completo é solicitado por apenas 36% das unidades, enquanto o ensino médio é exigido por 52%.

Outra variável investigada pela Paer refere-se às exigências feitas pelos empregadores de cursos profissionalizantes no momento da contratação de funcionários. Observa-se que, nas unidades do setor serviços examinadas, são privilegiados os cursos de nível básico para os trabalhadores semiquualificados e qualificados ligados à atividade principal. Já para os técnicos de nível médio, são preferidas, obviamente, as habilitações técnicas de nível médio.

O uso de microcomputadores mostrou-se uma rotina bastante disseminada entre as categorias de qualificação ocupacional mais elevadas, sobretudo na área administrativa. Esse dado aponta para a necessidade de se incluir a informática como componente curricular de todas as modalidades de educação profissional, e não apenas nos cursos de habilitação. É preciso também acrescentá-la nos cursos de qualificação profissional e nos de educação profissional de nível básico.

Além disso, para o exercício das atividades do setor serviços, as aptidões relacionadas à comunicação e à atualização técnica foram bastante citadas pelas unidades, como trabalho em equipe, contato com clientes, expressão e comunicação verbais, técnicas de qualidade e conhecimento técnico atualizado.

Outra variável pesquisada que enfatiza a necessidade da habilidade em comunicar-se é a que aponta a entrevista como principal instrumento para a contratação de funcionários, já que por esse recurso pode-se avaliar todos os aspectos citados anteriormente, bem como avaliação do currículo – outro item bastante apontado pelas unidades, juntamente com os testes práticos.

A Paer investigou, ainda, nas unidades do setor serviços do Estado de Sergipe, a natureza das relações das empresas com as instituições de educação profissional. Dentre as várias modalidades sugeridas (recrutamento de funcionários egressos das escolas, contratação de serviços especializados das escolas, oferta de estágio aos alunos, desenvolvimento de treinamento de funcionários das empresas nas escolas, cessão de equipamentos e insumos para uso das escolas, prestação de auxílio financeiro às escolas, etc.),

destacaram-se apenas o recrutamento de funcionários ou estagiários advindos dessas escolas.

Cabe destacar que as unidades do setor serviços pesquisadas conferem maior preferência ao Senac e ao Senai e, em terceiro lugar, às escolas técnicas federais. Destaca-se, portanto, a importância dessas instituições, sobretudo, para os segmentos alojamento e alimentação, energia elétrica, gás e água e telecomunicações, saúde e transporte. Ainda são poucas as instituições de ensino técnico profissionalizante que exploram de forma mais intensa a área de saúde e turismo. A formação desses profissionais é dada, em sua maioria, apenas no ensino de nível superior.

As principais conclusões do estudo sobre o meio rural sergipano e o ensino agrotécnico apontam para algumas reflexões:

- a reforma do ensino técnico tem obrigado a escola a cada vez mais voltar-se para alunos oriundos do meio urbano (os quais são a maioria na EAF de São Cristóvão). No caso de Sergipe, isso tem significado a concentração dos alunos provenientes das regiões da Grande Aracaju e Tabuleiro Sul, o que permite a escola realizar os cortes necessários com os gastos de manutenção.

Segundo dados fornecidos pela própria escola, atualmente, 30% dos alunos são originários da região da Grande Aracaju, percentual que aumenta anualmente. Segundo a Federação de Trabalhadores na Agricultura, o acesso para os filhos de pequenos produtores na EAF é muito difícil.

- a disjunção entre o ensino técnico e o propedêutico tem representado uma sobrecarga de esforços para os alunos.

- em termos da agropecuária no Estado, a fruticultura irrigada e a aqüicultura, atividades que estão localizadas na região do Tabuleiro Costeiro Norte, têm apresentado alguma perspectiva de desenvolvimento.

A fruticultura irrigada representa um campo de trabalho para os técnicos, o que exigirá um profissional que conheça métodos de irrigação, manejo econômico de pragas, comercialização, adubação, fertirrigação, entre outras técnicas agrícolas. O mesmo ocorre com a aqüicultura e outras atividades para as quais a EAF pode vir a contribuir formando profissionais qualificados

(exemplos: a ovinocultura e a caprinocultura, que têm sido fortemente estimuladas em todos os estados da região Nordeste).

- além da agropecuária, na região onde a escola está situada existem atividades não-agrícolas surgindo no meio rural, como o turismo, que podem demandar técnicos formados pela EAF de São Cristóvão. Além disso, a escola tem um largo campo para educação e extensão, que é o próprio município onde está localizada.

- a área de conservação de recursos naturais e biodiversidade, nos diferentes ecossistemas existentes no Estado, é também um campo com crescente demanda de profissionais, principalmente com relação ao manejo e conservação de recursos hídricos e biodiversidade, ao reflorestamento e repovoamento de áreas degradadas como reservas legais, nascentes, matas ciliares, etc.

- a qualificação do segmento familiar da pequena produção, com relação às técnicas de produção agroindustrial e à comercialização, são reivindicações apresentadas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura que dão sugestão de áreas de expansão do ensino técnico na EAF.